

Legislação

Questionar a dívida

Luiz Augusto Germani *

MUITO se valoriza as empresas que tenham implantado atividades com vistas ao social e ao bem comum. Nada mais nobre e digno, independentemente do objetivo final de, eventualmente, buscar a fixação de uma imagem voltada ao consumidor ou a parceiros comerciais.

A atividade agropecuária tem no social uma função obrigatória. Se não for cumprida, por meio de índices mínimos de produtividade, tornará possível a substituição compulsória do gestor do empreendimento (proprietário rural), pela desapropriação de seus meios de produção (a terra e suas benfeitorias). Muitos discordam disso, sob a alegação de que o setor recebe tratamento desigual em relação aos demais.

Como a Lei de Política Agrícola apreço que o abastecimento alimentar é condição básica para garantir a tranquilidade social, a ordem pública e o processo de desenvolvimento econômico e social do campo, faz sentido a exigência de cumprir a função social estabelecida na Constituição Federal.

Os críticos da exigência do cumprimento da função social na atividade rural possuem, na própria Constituição, uma compensação a ser exigida para o setor: a atividade rural deve ter, conforme o artigo 187 da Constituição Federal, *“instrumentos creditícios”* próprios, *“seguro agrícola”* e, principalmente, *“preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização”*.

Diante disso, a exigida função social da atividade agropecuária é uma ‘via

de mão dupla’, pois impõe ao produtor rural não só obrigações, conforme estabelecido no artigo 186 da Constituição, mas os direitos estabelecidos no artigo 187 da Carta Maior.

Entre os direitos fixados pela Constituição e o endividamento da agropecuária, ficam certas dissonâncias.

De acordo com a Medida Provisória 2196, de 24 de agosto de 2001, a União ficou autorizada, nas operações originárias de crédito rural, alongadas ou renegociadas, com base na Lei nº 9.138, de 1995, pelos bancos federais (BB, BASA e BNB) a:

I - dispensar a garantia prestada pelas referidas instituições financeiras nas operações cedidas à União;

II - adquirir, junto às empresas integrantes do Sistema BNDES, os créditos decorrentes das operações celebradas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador;

III - receber, em dação em pagamento, os créditos contra os mutuários;

IV - adquirir os créditos correspondentes às operações celebradas com recursos das referidas instituições financeiras; e

V - receber, em dação em pagamento, os créditos correspondentes às operações celebradas com recursos do Tesouro Nacional.

A MP 2196 estabeleceu também que: na inadimplência dos créditos adquiridos ou recebidos em pagamento pela União, os encargos da mora estarão limitados à incidência, sobre o valor inadimplido corrigido até a época da dação, da taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, acrescida de juros de mora de 1% ao ano.

Enfim, para aliviar as “contas a receber” dos bancos federais, o governo transferiu para o Tesouro Nacional os débitos agrícolas existentes. A dívida agrícola originária da securitização e do Pesa foi transformada em dívida fiscal e tributária.

Para o produtor rural, isso significa que a sua dívida fique inscrita na Dívida Ativa da União, seu nome pode ser inscrito no CADIN (Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais) e seu débito pode ser cobrado em Execução Fiscal.

Quando cobrado pela Receita Federal, o agricultor perceberá o crescimento de sua dívida, ao longo de sessenta meses. Se recorrer para a Instância Superior, no caso, o Conselho de Contribuintes, estará sujeito ao depósito de 30% do valor do débito.

Caso não obtenha sucesso no Conselho, o agricultor poderá ainda apelar para o Judiciário, sob a alegação da natureza excepcional do crédito rural, tendo em vista a função social da atividade. ■

* Professor de Direito Agrário da FGV. e-mail: germani@germaninet.com.br